

1

Muito antes de Lutero (Jesus e a doutrina da justificação)

Dr. John F. MacArthur, Jr.

Não há doutrina mais importante para a teologia evangélica do que a doutrina da justificação pela fé somente – o princípio *sola fide* da Reforma. Martinho Lutero o definia como sendo o artigo que determinava se uma igreja estava de pé ou caindo.

A História fornece provas concretas para confirmar a avaliação dele. As igrejas e denominações que se firmam em *sola fide* permanecem evangélicas. Aquelas dispostas a ceder nesse ponto inevitavelmente se rendem ao liberalismo, reverterem ao sacerdotalismo ou adotam formas até piores de apostasia. O evangelicalismo histórico, portanto, sempre encarou a justificação pela fé como sendo uma doutrina bíblica central – se não aquela doutrina mais importante a ser bem compreendida. Não foge à verdade definir os evangélicos como sendo os que creem na justificação somente pela fé.

A própria Bíblia coloca *sola fide* como a única alternativa a um sistema de justiça pelas obras que leva à maldição. “Ora, ao que trabalha, o salário não é considerado como favor, e sim como dívida. Mas, ao que *não trabalha, porém crê* naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é atribuída como justiça”

(Rm 4.4-5, ênfase acrescentada). A apostasia de Israel se baseava no seu abandono da justificação somente pela fé: “Desconhecendo a justiça de Deus e procurando estabelecer a sua própria, não se sujeitaram à que vem de Deus” (Rm 10.3).

Em outras palavras, aqueles que confiam em Jesus Cristo para a justificação pela fé somente recebem uma justiça perfeita que lhes é atribuída. Os que tentam estabelecer sua própria justiça ou misturam fé com obras só recebem o salário terrível que é o devido a todos aqueles que não alcançam o alvo. Então a pessoa, tanto como a igreja, resiste ou cai segundo este princípio de *sola fide*.

A justificação bíblica precisa ser defendida com empenho e sinceridade em duas frentes. Muitos hoje usam mal a doutrina com o fim de apoiar a visão de que a obediência à lei moral de Deus é facultativa. Esse ensino procura reduzir toda a obra salvadora de Deus ao ato declarativo da justificação. Põe em segundo plano o novo nascimento espiritual da regeneração (2Co 5.17); despreza os efeitos morais do novo coração do crente (Ez 36.26-27); e torna a santificação dependente de esforços do próprio pecador. Tem a tendência de tratar dos elementos forenses da justificação – o ato de Deus declarar justo o pecador que crê – como se este fosse o único aspecto essencial da salvação. O efeito inevitável dessa abordagem é mudar a graça de Deus em libertinagem (Jd 4). Tal ótica é chamada de *antinomianismo*.

Por outro lado, há muitos que fazem a justificação depender de uma mistura de fé e obras. Onde o antinomianismo *isola* a justificação da santificação radicalmente, este erro *mistura* os dois aspectos da obra salvífica de Deus. O efeito é fazer da justificação um *processo* firmado na justiça defeituosa do crente, em vez de um *ato declarativo* de Deus baseado na justiça perfeita de Cristo. Assim que a justificação é misturada com a santificação, as obras da justiça tornam-se parte essencial do processo. A fé, conseqüentemente, fica diluída com obras. *Sola fide* é abandonada. O erro dos legalistas gálatas (cf. Gl 2.16) foi esse. Paulo chamou isso de “outro evangelho”

(Gl 1.6, 9). E esse mesmo erro é encontrado em praticamente todas as seitas. Também se acha aqui toda a base da doutrina católica romana da justificação.

O evangelicalismo está sendo assaltado nos dias de hoje pelos dois erros. A controvérsia da “salvação do senhorio” revela a força do antinomianismo moderno.¹ Ao mesmo tempo, na outra frente, há o esforço vigoroso pela união ecumênica com o catolicismo romano. Isso exigiria dos evangélicos um amolecimento de sua posição em *sola fide* e a concessão do carimbo de aprovação para uma doutrina de justificação do tipo dos gálatas, combinando fé e obras. Essas tendências são especialmente alarmantes porque emanam de dentro do próprio movimento evangélico.

E fora do evangelicalismo, a justificação pela fé somente está sendo atacada fortemente. Uma nova geração de apologistas católicos romanos se armou contra a *sola fide*. De acordo com eles, a Bíblia não ensina essa doutrina – ela é invenção de Lutero e dos reformadores.

Recentemente, ouvi uma apresentação gravada em fita por um padre católico que fazia essas reivindicações. Sugeriu que Jesus dava pouca ou nenhuma atenção à doutrina da justificação em seu próprio ensino e evangelismo. Esse homem, que frequentemente entra em debate contra teólogos protestantes, diz que já desafiou a todos eles para demonstrarem onde foi que Jesus ensinou que alguém pudesse ser justificado pela fé somente. Até agora, diz ele, não encontrou ninguém que aceitasse o desafio.

Infelizmente, os evangélicos de hoje estão mal preparados para enfrentar tal desafio. Muitos veem a Teologia como menos importante do que as grandes questões morais do nosso tempo, quais sejam o aborto, a eutanásia, o homossexualismo, e outros assuntos semelhantes. Misturados aos católicos romanos na arena política, muitos ativistas morais veem como contraproducente debater Teologia. Preferem deixar as diferenças doutrinárias entre Roma e os reformadores desaparecer gradualmente até a obscuridade. No mínimo, se dispõem a tratar todas as

diferenças doutrinárias como assuntos secundários. Essa mentalidade está pressuposta no documento intitulado “Evangélicos e católicos juntos”, que conclama os evangélicos a abraçar os católicos como verdadeiros irmãos e irmãs em Cristo.²

Enquanto isso, a ignorância e a ingenuidade teológica têm deixado muitos evangélicos incapazes de defender o que a Bíblia ensina. Nossa época é de pragmatismo, obcecada com o que funciona e menos preocupada com o que é verdadeiro. São pouquíssimos os que sabem como, ou mesmo que se dispõem a defender as verdades evangélicas contra visões que as contradizem. É muito mais fácil – e muito mais cortês, ao que parece – simplesmente não discutir. Portanto, os ataques contra doutrinas evangélicas cruciais muitas vezes nem são respondidos. A próxima geração estará colhendo o fruto venenoso dessa tendência.

Se a doutrina como um todo é ignorada em nossos dias, a doutrina da justificação é negligenciada mais ainda. Obras sobre a justificação estão sensivelmente ausentes do corpo da literatura evangélica recente. Em sua introdução à reedição de 1961 da obra marcante de James Buchanan sobre o assunto, J. I. Packer observou isso:

É um fato de sentido comprometedor saber que o volume clássico de Buchanan, que já tem um século de existência, seja o mais recente estudo completo da justificação pela fé que o protestantismo de fala inglesa (para não procurar mais longe) tenha produzido. Se é possível julgar pela quantidade de literatura produzida, nunca houve uma época de atividade teológica tão febril quanto a dos últimos cem anos; contudo, em meio a todos os múltiplos interesses teológicos, o século não produziu um único livro de qualquer tamanho sobre a doutrina da justificação. Se tudo que conhecêsemos da igreja durante o século passado tivesse sido que ela negligenciou o assunto da justificação desse modo, já estaríamos aptos a concluir que a época tem sido de apostasia e de declínio religioso.³

Não existe doutrina mais importante para ser defendida do que o ensino bíblico de que os crentes são justificados pela fé somente. *Sola fide* é uma verdade que *precisamos* conservar bem visível se vamos seguir uma rota segura entre os males gêmeos do antinomianismo, por um lado, e da justiça-pelas-obras do outro. O apóstolo Paulo a considerava tão importante que pronunciou uma maldição solene de condenação eterna contra qualquer pessoa que corrompesse o evangelho nesse ponto (Gl 1.9). Não é de admirar que na Reforma tantos tenham dado suas vidas em defesa dessa doutrina.

Na verdade, a justificação foi a doutrina que acendeu a reforma. A teologia católica vinha negligenciando o assunto por séculos. Roma estava despreparada para responder ao desafio doutrinário dos primeiros reformadores. Por isso, a resposta inicial da igreja foi desviar o debate para a questão das reformas morais e eclesiásticas. Martinho Lutero ficou frustrado pela relutância de Roma em falar sobre doutrina, especialmente sobre a justificação pela fé. Ele até declarou que teria prazer em ceder ao papa em matérias eclesiásticas se o papa abraçasse o verdadeiro evangelho.⁴ Lutero entendeu que todas as ofensas morais e eclesiásticas toleradas pela igreja foram, em última instância, resultado do obscurecimento da justificação. A doutrina da justificação somente pela fé teria automaticamente posto fim à venda de indulgências e outros abusos do poder eclesiástico.

Portanto, quando a pregação dos reformadores sobre a justificação pela fé começou a despertar as massas para a verdade da Bíblia, foi inevitável que a Igreja Católica Romana respondesse.

O EVANGELHO SEGUNDO ROMA

A igreja finalmente expôs seus pontos de vista sobre a justificação em meados do século XVI no Concílio de Trento, e muito do trabalho do Concílio visava especificamente a colocar a doutrina católica em forte contraste às ideias protestantes.